

## **Cultura de Participação e Polarização Política: As Redes Sociais Digitais como Espaço de Protesto<sup>1</sup>**

Lara ESPARTA<sup>2</sup>

José Eugenio de O. MENEZES<sup>3</sup>

Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

### **Resumo**

O objetivo da pesquisa é entender as redes sociais digitais como ambiente comunicacional que propicia, ao lado de outros fatores, espaços de protesto e também experiências da polarização política. Sua metodologia de análise consiste na observação da repercussão criada pela votação do relatório sobre a admissibilidade do processo de Impeachment movido contra a até então Presidente da República Dilma Rousseff realizada pelo Senado no dia 11 de maio de 2016. As principais questões analisadas são: polarização política, cultura da colaboração, Web 2.0, protestos e o dinamismo das Redes Sociais Digitais e sua influência na formação das opiniões pessoais. Para compreender este fenômeno, a pesquisa dialoga com os autores: Ivan Bystrina, Harry Pross, Raquel Recuero, Lúcia Santaella, Malena Segura Contrera, Norval Baitello Jr. e José Eugenio Menezes.

### **Palavras-chave**

Ambientes Comunicacionais; Cultura de Participação; Vínculos; Redes Sociais; Polarização Política.

### **A Raíz Cultural da Polarização**

Desde os primórdios, situações comuns da vida do ser humano são divididas por extremos: claro e escuro, dia e noite, vida e morte, prazer e dor, entre outros. Os também conhecidos como polos binários muitas vezes não abrem espaço ao meio termo. Em seu artigo *Imagem como Campo de Tensão: usos e estratégias de imagens midiáticas pós 11 de setembro*, Alberto Klein comenta esta questão:

Segundo Ivan Bystrina (1995), a partir de sua Teoria Sintética da Cultura, a divisão do mundo em dois constitui uma forma

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Multimídia, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, 4º semestre do Curso de Relações Públicas da Faculdade Cásper Líbero. Contato: lara.esparta@gmail.com

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Contato: menezes.eugenio@gmail.com

primeira de organização simbólica, da qual derivam os mecanismos de polarização, bem como o estabelecimento de assimetrias (KLEIN, 2008, p. 4).

O pesquisador tcheco Ivan Bystrina (1995), identifica três tipos de códigos: os primários, que carregam informações genéticas no interior dos organismos; os secundários, contituídos pelas linguagens - como o canto das baleias - que permitem a vida em sociedade; e os terciários, ou códigos culturais, nos quais os seres humanos superam, através dos símbolos, o fato que caminham para a morte. Ainda segundo ele, os códigos culturais são marcados por três aspectos: a binariedade (como a vida e a morte, a saúde e a doença), a polaridade (a saúde marcada positivamente e a doença negativamente) e a assimetria (atribuição de maior força ao polo negativo). A ideia de binariedade é um mecanismo presente nas raízes da cultura. O autor enfatiza que essas características não são apenas dos códigos culturais, mas são fundamentadas nos códigos primários, regulamentadas pelos secundários e aplicadas nos códigos terciários ou culturais (BAITELLO, 1997, 23-31).

Rodrigo D. L. Portari, em sua tese *A Construção da Violência e da Morte nas Capas dos Jornais Agora São Paulo e Folha de S. Paulo*, compara:

[...] Identificam-se nessas chamadas experiências pré-predicativas, a influência de Bystrina na produção de Pross. Enquanto o tcheco fala em binariedade, Pross diz “claro x escuro”, reforçando as relações de dualidade e oposição na cultura humana de medo da morte, já que a morte seria “escura” e a vida, “clara”. O que Bystrina chama de polaridade, Pross atribui em sua obra que cada uma das experiências carrega consigo um lado considerado positivo e outro negativo (PORTARI, 2009, p. 17).

Atualmente, temas críticos como política, que deveriam ser discutidos criticamente pelos cidadãos, são tratados com base na binariedade estudada por Ivan Bystrina. As vertentes esquerda e direita, por exemplo, tomam proporções enormes em manifestações e propagandas políticas e, algo que deveria ser minuciosamente debatido, passa a ser tratado como uma simples conversa a respeito de uma partida de futebol, quando dois torcedores torcem apaixonadamente por times diferentes. Para não ficar limitado à polaridade presente na observação cotidiana dos movimentos do sol e da lua, os seres humanos progressivamente participam do universo simbólico no qual convivem e aprendem pela vinculação afetiva, pela socialização, pelos estudos e pelo trabalho, entre outros fatores, a ampliar o leque de visão do mundo para além da luz e da escuridão. Aprendem a observar e enfrentar os problemas cotidianos de uma forma mais

complexa que a simples polarização entre o exageradamente cheio de luz ou bom e o exageradamente escuro ou mal. Descubrem as gradações necessárias para observações dos fenômenos da natureza e da cultura.

No entanto, nas atividades cotidianas, quando as conversas muitas vezes são superficiais, as polaridades tomam força e simplificam as formas de entender o mundo. Estão presentes nos diálogos, ou mesmo nas conversas do cotidiano das pessoas, também na forma como se expressam quando expõem opiniões nas redes sociais conectadas digitalmente.

### **As redes sociais digitais**

A Internet passou a ser reconhecida como um espaço de relações a partir do momento em que seus usuários perceberam, ao redor de 1995, que estavam navegando em um “ciberespaço”, concretizando o termo criado pelo escritor William Gibson em seu livro *Neuromancer*, de 1984. Segundo previa o autor, todo computador e usuário conectados em rede digital fariam parte desse espaço, cooperando com seu desenvolvimento constante.

Utilizar o termo “ciberespaço” para referir-se ao espaço virtual pode ser considerado um deslize nos dias atuais. O matemático Norbert Wiener foi o fundador da cibernética, que tem seu significado derivado do termo grego “piloto”. Ao denominarmos o espaço virtual como *ciberespaço*, pressupomos que quem o “pilota” possui total controle sobre ele e, na verdade, com o surgimento da Web 2.0 nasce também a perda de controle sobre o que está dentro dela. Sua principal característica é a interação dos protagonistas com as informações acessadas, uma vez que, de acordo com Lucia Santaella em seu texto *O DNA das Redes Sociais Digitais*:

A Web 2.0 ficou conhecida como a Web da cooperação, com redes de relacionamento, emoticons, blogs [...] Surgem aí as produções independentes, eletrônicas, digitais, etc., os ativismos políticos, artísticos e mesmo a possibilidade de formar redes de cidadãos conectados (SANTAELLA, 2013, p.27).

O espaço da Web 2.0 confere por muitas vezes a falsa esperança de que todos os seus usuários possuem voz e que podem alcançar uma grande leva de indivíduos ao expor suas opiniões online. Com essa evolução na participação dos internautas, as redes sociais tornaram-se cada vez mais acessíveis a todos os tipos de público. É neste momento que uma cultura participativa ganha espaço, onde muitos podem, ao menos idealmente, compartilhar suas convicções e gerar conteúdo.

Raquel Recuero, juntamente com Marcos Bastos e Gabriela Zago, no livro *Análise de Redes para Mídia Social*, definem rede social como:

Uma plataforma de comunicação em rede na qual os participantes 1) possuem perfis de identificação única que consistem em conteúdos produzidos pelo usuário, conteúdos fornecidos por outros usuários e/ou dados fornecidos pelo sistema; 2) podem articular publicamente conexões que podem ser vistas e cruzadas por outros; e 3) podem consumir, produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdo gerado por usuários fornecidos por suas conexões no site (RECUERO et al., 2015, p. 26).

Para alguns pesquisadores, o maior problema das redes sociais digitais é que elas não funcionam como o rádio, por exemplo, onde o ouvinte em geral nem sempre tem a livre opção de interferir diretamente na programação. Já no espaço virtual, o internauta possui maior facilidade de escolher o que quer e o que não deseja ver.

### **Cultura da Colaboração**

Até certo momento da história, quando existia apenas a Web 1.0 e sua comunicação era predominantemente por via de mão única, era fácil manter o controle sobre quem gerava conteúdo e quem apenas o consumia. Atualmente, ao menos idealmente, qualquer pessoa que tenha acesso a um computador ou aparelho com acesso à internet tem a possibilidade de tornar-se um formador de opinião nas redes sociais.

Ao analisar a influência que cada usuário possui dentro de uma rede social, Raquel Recuero constata:

Geralmente são observados grupos diferentes. Unificar o conteúdo desses subgrupos distintos para análise é perigoso, mas métodos de análise de redes são resistentes a esses problemas. O método “saco de palavras” é, particularmente, passível se sofrer um efeito de “roda estridente”, no qual uma minoria vocal aumenta sua atividade o suficiente para criar uma impressão de que há uma mudança geral na opinião. [...] Do ponto de vista de rede, uma roda estridente parece com um grupo que falou mais alto, não com uma mudança de posição ou de opinião em outros clusters de opiniões. Modelos de rede para a opinião pública, assim, podem revelar que “o rabo abana o cachorro” (RECUERO et al., 2015, p. 12).

A ideia de participar de um debate público ilude muitos usuários que pensam ter se tornado influentes formadores de opinião. O que acontece, na verdade, é que o excesso de informações, ao invés de ajudar, muitas vezes acaba atrapalhando. Muitos influentes nomeiam leitores de notícias hoje como “leitores de títulos”, uma vez que apenas lendo o título e observando a imagem de uma matéria jornalística o leitor já considera-se informado.

O excesso de informações nem sempre indica que os internautas reúnem argumentos para de fato atuarem como protagonistas. De acordo com José Eugênio Menezes, em seu artigo *Incomunicação e Mídia*, “a atual velocidade de transmissão de dados gera um excesso de informações e, paradoxalmente, favorece a incomunicação” (MENEZES, 2005, p. 25).

Entre as possibilidades de comunicação e incomunicação, sempre presentes como se fossem irmãs gêmeas, os protagonistas são desafiados a cultivar, quando desejam, uma cultura de participação. Nela podem também aprender a protestar como uma forma de participação política.

### **Protesto como Respiro da Sociedade**

Em junho de 2013, uma série de protestos foi iniciada na cidade de São Paulo e em outras cidades do país contra o aumento da tarifa do ônibus. A repercussão e visibilidade adquiridas durante as *Jornadas de Junho* devem-se, também, à difusão dos atos pelas redes sociais. Esta forma de manifestação de rua já foi estudada pelo comunicólogo alemão Harry Pross (1923-2010) quando, em sua obra *A Sociedade do Protesto*, analisou as diversas formas de manifestações em vários contextos históricos. O autor enfatiza:

O público abre-se ao protesto, leva-o adiante e pode fazer dele seu lema ou rejeitá-lo. No caso da coleta de assinaturas, a impressão continua abstrata. Em uma manifestação nas ruas, ela surte efeitos posteriores por intermédio das testemunhas presentes e dos fotógrafos e operadores de câmeras, nos segmentos de imagens por eles produzidos, providos dos correspondentes comentários e difundidos pelos aparelhos de distribuição (PROSS, 1997, p.17).

As datas, horários e locais de encontro dos manifestantes passaram a ser combinados por eventos criados em redes sociais, como o próprio Facebook. Desde o impeachment de Fernando Collor de Melo, as *Jornadas de Junho de 2013* foram as maiores mobilizações que o país já vivenciou. No início, os atos eram restritos a alguns milhares de pessoas e, gradualmente, seu número de participantes aumentou, chegando

a milhões de brasileiros nas ruas. Além disso, em seu ápice, os protestantes lutavam não apenas pela redução da tarifa no transporte público, mas por temas variados a respeito de serviços públicos, gastos desnecessários do governo e corrupção.

A resposta do governo foi rápida. Medidas foram tomadas, além do recuo de figuras importantes. Com a onda cultivada também pelas redes sociais, a qual entrega ao cidadão comum voz e influência, as respostas precisaram ser dadas de imediato. Em 1992, por exemplo, nas manifestações contra o Presidente Fernando Collor, não havia a necessidade de imediatismo na resposta das exigências da população. Os jornais podiam esconder dados e os telejornais tinham a possibilidade de não revelar algumas imagens.

Nos protestos de junho de 2013 muitos participantes encontravam-se com um aparelho conectado à internet em suas mãos. Enquanto estavam nas manifestações lutando por seus direitos, estavam também online em suas redes sociais, compartilhando fotos, vídeos e informações em tempo real. Muitos que em alguns momentos se manifestavam sentados em suas cadeiras na frente dos computadores também se levantaram e foram às ruas portando seus gadgets. Conforme observou Menezes, “os homens e mulheres mobilizados estavam envolvidos tanto em suas redes de convivência cotidianas como também nas redes sociais conectadas que permeiam o mesmo cotidiano” (MENEZES, 2015, p. 117). Praticamente ocorreu uma ampla relação entre a ação de compartilhar informações por redes sociais digitalmente conectadas e a ação de caminhar pelas ruas participando de densos ambientes comunicacionais. Por outro lado, a própria cobertura das grandes redes de televisão foi pautada também pelas informações postadas pelos manifestantes no Brasil e em outras manifestações que ocorreram ao redor do mundo. Raul Reis enfatiza a respeito desta questão:

Em 2011, durante as revoluções de primavera no Norte da África e Oriente Médio, o Twitter e Facebook se tornaram uma força de organização, essencial, para os movimentos, e fontes incomparáveis de informação para a imprensa do mundo inteiro. Não é exagero dizer que, muito da cobertura destas revoltas foi construída com a ajuda dos ativistas e participantes (REIS, 2013, p.74).

### **Redes Sociais como Formadoras de Opinião**

Com início no dia 11 de maio de 2016, às 10h, a votação pelo Senado do relatório sobre a admissibilidade do processo de Impeachment movido contra a, até então, Presidente da República Dilma Roussef, terminou no dia seguinte, por volta das 6h30 da manhã, com 55 votos a favor e 22 contra. Durante o processo, para fundamentar a pesquisa descrita neste texto, foram observadas linhas do tempo do Facebook de três pessoas: uma que se dizia a favor do Impeachment, uma que se dizia

contra e uma que se apresentava como neutra em relação ao tema. Independente da opinião política, os três indivíduos observados possuem perfis, classes sociais e idades semelhantes.

Levando em conta uma pesquisa qualitativa, os observados têm acesso ao mesmo tipo de conteúdo e informação. No total foram 12 horas de observação divididas em 4 momentos. O primeiro ocorreu assim que o processo foi iniciado, no dia 11 de maio, das 10h às 13h. O segundo momento foi realizado no mesmo dia, na parte da noite, das 19h às 23h. O terceiro deu-se no dia seguinte, 12 de maio, assim que a votação foi encerrada e em suas 2 horas seguintes, das 6h30 às 8h30. Por fim, o quarto momento, que visava coletar a opinião pessoal dos internautas sobre o resultado da votação, ocorreu na noite do dia 12 de maio, das 19h às 22h.

Noventa por cento (90%) dos materiais coletados durante a votação do Senado referem-se à política. Dentre eles, 20% são memes, outros 20% são compartilhamentos de notícias de veículos influentes sobre a votação ou sobre o tema política, 10% são reclamações sobre a teimosia dos que falavam sobre o assunto no dia e os 40% restantes devem-se a textos com opiniões pessoais sobre a situação do país, o próprio processo de impeachment, corrupção e protestos.

Os sites de rede social, com isso, podem ser compreendidos como elementos ampliadores da esfera pública que proporcionam um espaço onde, além da socialização, os atores podem expressar e reproduzir opiniões políticas e ideias que contribuem para o debate público. A facilidade técnica para produzir e reproduzir mensagens de manifestação e apoio é condizente com um conceito de opinião pública como uma rede de comunicações intermediando múltiplas relações entre sistemas sociais. Essa rede de opiniões e comunicações, contudo, não é necessariamente fática e permeia tanto posições explícitas como arranjos tácitos (RECUERO et al., 2015, p.35).

As redes sociais digitais vêm sendo usadas como espaço de compartilhamento da opinião pública e isso reflete em temas de diálogos ou conversas do cotidiano nas famílias ou nos bares. Ao navegar por uma rede social, como o Facebook por exemplo, qualquer indivíduo está propício a receber uma informação e aceitá-la, em sua perspectiva, como uma verdade. Qualquer pessoa, hoje, está, ao menos idealmente, a 100 compartilhamentos de tornar-se uma influenciadora na internet. Assuntos críticos como política, escolha sexual e ideologias são cada vez mais tratados banalmente pelos atores das redes sociais conectadas.

### **Considerações finais**

A observação da repercussão criada pela votação do relatório sobre a admissibilidade do processo de Impeachment permite, ainda que provisoriamente, perceber que a opinião pessoal de cada cidadão é muito frágil quando exposta a um número infinito de opiniões distintas e informações difusas.

Uma vez que as redes se constituem em ambientes, em que cada um tem visibilidade no seu entorno, dependendo do uso que decide fazer dele, é uma constante a intenção de dar-se a conhecer, e gerar tráfego comunicativo por meio de conteúdos profissionais ou amadores. A transparência é reforçada pelo simples fato de cada cibercidadão poder retratar sua vivência, amores e dissabores. Também poder expressar suas ideias, necessidades, sugestões, críticas, denúncias ou qualquer tipo de sentimento. Assim, cada um passa a funcionar como gerador de conteúdo e de vínculos emocionais (SANTAELLA, 2013, p.36).

É importante diferenciar fontes confiáveis e opiniões pessoais na análise de informações. A atualidade é dinâmica e a credibilidade das informações encontradas em páginas sociais cresce cada vez mais, mesmo que os geradores de conteúdo sejam cidadãos comuns.

A pesquisa em desenvolvimento permitiu uma abordagem inicial da forma como as redes sociais digitais, consideradas como ambiente comunicacional, propiciam, ao lado de outros fatores, espaços de protesto e também experiências da polarização política. A observação da repercussão criada pela votação do relatório sobre a admissibilidade do processo de Impeachment movido contra a até então Presidente da República Dilma Rousseff, realizada pelo Senado no dia 11 de maio de 2016, continua a ser objeto de pesquisa de iniciação científica considerando especialmente questões como: polarização política, cultura da colaboração, Web 2.0, os protestos, o dinamismo das Redes Sociais Digitais e sua influência na formação das opiniões pessoais.

## Referências

BAITELLO Jr., Norval. A cultura como sistema semiótico. In: BAITELLO Jr., Norval. **O animal que parou os relógios**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 23-31.

BAITELLO Jr., Norval; CONTRERA, Malena Segura; MENEZES, José Eugenio de O. (Orgs.). **Os meios da incomunicação**. São Paulo: Annablume/CISC, 2005.

BAITELLO Jr., Norval. **O pensamento sentado**: sobre glúteos, cadeiras e imagens. São Paulo: Paulus, 2012.

BAITELLO Jr., Norval. Os sentidos e as redes. Considerações sobre a comunicação presencial na era telemática. In: BARBOSA, Mariana, MORAIS, Osvando J. (Orgs.). **Comunicação em tempo de redes sociais**: afetos, emoções, subjetividades. São Paulo: Intercom, 2013.

BAITELLO Jr., Norval; GUIMARÃES, Luciano; MENEZES, José Eugenio; PAIERO, Denise. (Orgs.). **Os símbolos vivem mais que os homens**. Ensaios de comunicação, cultura e mídia. São Paulo: Annablume/ CISC, 2006.

BARBOSA, Mariana, MORAIS, Osvando J. (Orgs.). **Comunicação em tempo de redes sociais**: afetos, emoções, subjetividades. São Paulo: Intercom, 2013.

BYSTRINA, Ivan. **Soluções simbólicas para a assimetria dos códigos culturais**. Palestra proferida na Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP em 1995. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal/index.php/pt/biblioteca/viewcategory/21-bystrina-ivan.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CHARRO, Helena. Comunicação e cultura em deslocamento. In: MENEZES, José E. O., CARDOSO, Marcelo (Orgs.). **Comunicação e Cultura do Ouvir**. São Paulo: Plêiade, 2012. p. 39-60.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MENEZES, J. E. O. **Cultura do ouvir: os vínculos sonoros na contemporaneidade**. *Libero*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 111-118, 2006. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Cultura-do-ouvir.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

MENEZES, J.E. O. Incomunicação e Mídia. In: BAITELLO Jr., Norval; CONTRERA, Malena; MENEZES, J.E.O. (Orgs.). **Os meios da incomunicação**. São Paulo: Annablume/CISC, 2005. p. 25-33.

MENEZES, J. E.O. Ecologia da comunicação: som, corpo e cultura do ouvir. In: *Libero*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 111-120, 2015. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/31>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

PORTARI, Rodrigo D. L. **A construção da violência e da morte nas capas dos jornais *Agora São Paulo e Folha de S.Paulo***. In: INTERCOM - Congresso da Região Centro Oeste de Ciências da Comunicação, 12, 2010, Goiânia. Anais do XII Congresso da Região Centro Oeste de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0029-2.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

PROSS, Harry. **A Sociedade do Protesto**.v. 1. São Paulo: Annablume, 1997.

RECUERO, Raquel et al. (Orgs.). **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

REIS, Raul. O futuro da mídia no século 21: prática jornalística e redes sociais. In: BARBOSA, Mariana; MORAIS, Osvando J. (Orgs.). **Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades**. São Paulo: Intercom, 2013.

ROMANO, Vicente. **Ecología de la Comunicación**. Hondarribia: Editorial Hiru, 2004.

SANTAELLA, Lucia. **O DNA das Redes Sociais**. In: BARBOSA, Mariana; MORAIS, Osvando J. (Orgs.). **Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades**. São Paulo: Intercom, 2013.